

Conflitos, protestos e movimentos sociais

As teorias sobre as ações coletivas, especialmente no que diz respeito às análises sobre conflitos coletivos, protestos e movimentos sociais, expressam o dinamismo desses tipos de ação social. O estado da arte das teorias tem acompanhado a historicidade do agir coletivo. Apenas para nomear os quadros de referência analíticos mais utilizados, temos:

- 1) os movimentos sociais clássicos (ou tradicionais, para alguns autores), centrados nos conflitos de base econômica, oriundos das condições materiais de produção da existência e da desigualdade social, tais como tem sido observado nos movimentos operários, camponeses, abolicionistas e outros;
- 2) os enfoques dos movimentos de libertação nacional, segundo os quais os conflitos de caráter político visavam à autonomia de povos, nações ou regiões, como observado nos movimentos de independência nacional ou regional;
- 3) as abordagens dos movimentos de caráter mais ideológico, que visaram à construção de sistemas sociais alternativos aos da dominação e *status quo* hegemônicos, como tem sido os casos do socialismo, do comunismo, do anarquismo e de várias correntes resultantes desses;
- 4) as teorias dos novos movimentos sociais, com uma ênfase na transformação cultural, onde são consideradas as formas discriminatórias e de dominação nas relações de gênero, étnicas, etárias, ecológicas, de apropriação de patrimônios históricos e culturais, conflitos bélicos e outras;

- 5) as teorias de mobilização de recursos e dos processos políticos, voltadas para o entendimento dos conflitos e da participação nos níveis institucionais da sociedade, como os ocorridos nos movimentos pelos direitos civis, pela democratização política e similares;
- 6) as teorizações sobre os movimentos de alterglobalização, que buscam analisar os atores coletivos antagônicos às formas de apropriação e de comercialização dos recursos materiais e simbólicos, de produção do conhecimento e de qualidade de vida, das relações econômicas, sociais, políticas e culturais produzidas pelo sistema social global hegemônico, os quais se caracterizam por manifestações realizadas por meio de protestos públicos, marchas, conferências, fóruns mundiais, redes virtuais e outras formas de articulações e de busca de visibilidade pública mundializada.

Este dossiê traz reflexões teóricas e estudos empíricos que visam, especialmente, ao entendimento dos conflitos coletivos, protestos e movimentos sociais no contexto da sociedade globalizada e da informação. Todavia, a bagagem reflexiva acerca dos movimentos sociais do passado interage com novos temas e explicações sociológicas sobre as ações coletivas na contemporaneidade.

Desta forma, o leitor encontrará, inicialmente, no texto de Alain Touraine, a recuperação histórica do conceito de movimento social e um debate sobre a adequação desse conceito para a análise de sujeitos coletivos na sociedade da informação e do conhecimento. Nesse contexto, os conflitos fundamentais geradores de movimentos são de uma ordem distinta daqueles da sociedade industrial, e se relacionam, segundo o autor, com a utilização social da informação e do conhecimento. Touraine reforça a utilidade do conceito de movimentos sociais, na contemporaneidade, para entender as lutas em vigor pela preservação e criação de sujeitos autônomos, pela reconquista de espaço social e pela universalização de direitos.

No artigo seguinte, Benjamin Tejerina, Iñaki Martinez de Albeniz, Beatriz Cavia, Andrés G. Seguella e Amaia Izaola introduzem a análise do movimento alterglobalização, a partir de pesquisa empírica

realizada na Espanha. Na interpretação dos autores, esse movimento se caracteriza pela multimilitância, com destaque para a participação da juventude, de mulheres, do contato com novas tecnologias de informação, dentre outras características. Além disso, segundo os autores, o que mais chama a atenção dos ativistas para a participação nesses movimentos é “a pluralidade dos componentes, o caráter horizontal e democrático do movimento e o fato de se referir a questões que transpõem as fronteiras culturais”. Democracia e diversidade, enquanto valores fundamentais, agregam-se ao valor tradicional dos movimentos sociais de luta por igualdade e inclusão social.

María Isabel Domínguez, em sua análise sobre a participação juvenil nos movimentos sociais observa que, para esse grupo, diferentemente dos movimentos feministas e indígenas onde o fator identitário foi constitutivo de suas origens, a identidade geracional não é a marca mais relevante de sua inserção política. Em destaque, encontra-se não apenas o caráter de resistência anti-sistêmica – antiglobalização, contra a pobreza, pelo pacifismo e o respeito à diversidade cultural – como também as investidas para a implementação de políticas sociais locais e nacionais, como a de cotas para populações historicamente discriminadas e excluídas. Numa dinâmica de articulação entre a herança cultural e a diversidade, entre a continuidade e a ruptura, entre o local, o regional, o nacional e o global, os jovens representam “uma perspectiva de futuro”, através de lutas pela transversalidade de direitos.

José Seoane constrói um mapa dos conflitos e das resistências em torno de recursos naturais na América Latina. As respectivas lutas denotam a retomada de temas tradicionais, como o da apropriação da renda do petróleo ou do uso e da posse da terra para indígenas, camponeses e sem-terra, assim como novos temas, dentre os quais o do gás, da água e dos recursos hídricos, da segurança pública e dos direitos humanos, além de temas mais relacionados ao movimento alterglobalização, tais como, a luta contra o neoliberalismo, a ALCA e outros tratados do mesmo tipo.

O texto do autor antecedeu o IV Fórum Mundial de Água, realizado no México, em março de 2006, no qual o Fórum Paralelo

de Movimentos Sociais e Organizações Não-Governamentais (ONGs) reafirma em documento os princípios da ampla rede construída a partir das marchas “antiglobalização” e dos Fóruns Sociais Mundiais (FSM) acerca do direito universal à água. Consolida-se no encontro uma Rede Mundial pelo Direito à Água, que define a água como um direito humano fundamental, defende a plena participação e inclusão das populações, através das entidades da sociedade civil, na definição das políticas públicas desse recurso. O lema “O direito à água é possível” expressa uma identificação simbólica com o FSM.

Fechando o dossiê, o texto de Ilse Scherer-Warren busca mapear os vários níveis possíveis de organização da sociedade civil, tentando identificar como, através da articulação desses níveis, os sujeitos coletivos constroem identidades políticas e de valores plurais, criam uma plataforma pela transversalidade e indivisibilidade de direitos humanos, na direção de formação de uma ampla rede de movimentos sociais pela superação das várias faces da exclusão social.

A complexidade dos conflitos, dos protestos e dos movimentos sociais no mundo globalizado e da informação leva a um debate profundo e de grande amplitude, já que envolve uma série de atores sociais que, embora organizados em diferentes lugares e participando de contextos sociais distintos, encontram-se, na maioria das vezes, conectados. Espera-se que, com esses textos, se instigue ainda mais o debate sobre esses temas.

Gostaria de lembrar que o compromisso de elaboração deste dossiê é fruto de minha condição de pesquisadora visitante, pelo CNPq, no Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, de 2004 a 2005. A realização deste trabalho valeu-se também de contribuições acadêmicas apresentadas no XXV Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia, realizado em Porto Alegre, em agosto de 2005, bem como de uma contribuição especial concedida por Alain Touraine, um dos mais importantes teóricos da área de pesquisa dos movimentos sociais.

Ilse Scherer-Warren
(Organizadora)